

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de maio de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO ANGELO CORONEL

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração pela passagem do Dia Nacional da Defensoria Pública proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido para compor a Mesa, o Sr. Proponente da sessão especial, deputado Marcelino Galo; Sr. Defensor Público-Geral e presidente do Colégio Nacional de Defensores, Clériston Cavalcante de Macêdo; Clériston está sendo bem aplaudido; Sr. Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Paulo Cezar Lisboa Cerqueira; Sr. Procurador de Justiça, Geder Rocha, representante da procuradora-geral Ediene Lousado; Sr. Defensor Público, chefe da Defensoria Pública da União na Bahia, Bruno de Andrade Lage; Sr^a Corregedora da Defensoria Pública, Maria Célia Padilha; Sr^a Ouvidora-Geral e presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, Vilma Reis; Sr. Conselheiro Substituto, Ronaldo Nascimento de Santana, representante do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Francisco de Souza Andrade Netto; Sr. Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, João Carlos Gavazza Martins; Sr. Coronel Nunes, representante do comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Telles. (Palmas)

Neste momento, ouviremos o Hino Nacional Brasileiro.

(Execução do Hino Nacional Brasileiro.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Para recepcionar todos vocês, passo a palavra ao presidente desta Casa, deputado Angelo Coronel.

O Sr. ANGELO CORONEL:- Uma boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa... já fiz isso inicialmente, mas não poderia me furtar de estar aqui neste dia tão importante de comemoração.

Estamos viajando pela Bahia. Daqui a pouco estou indo para Conceição do Almeida, mas, em deferência a essa categoria que aprendi a gostar, não poderia, jamais, deixar de estar aqui nesta tribuna para falar algo para vocês.

(Lê) “Primeiramente, eu quero, na pessoa do defensor público-geral, o Sr. Clériston Cavalcante de Macêdo, parabenizar a todos os defensores públicos baianos

pela Semana da Defensoria Pública, pelo 2º Congresso e já felicitá-los pela passagem do 19 de maio, quando se celebra o Dia do Defensor Público...”

Eu soube, inclusive, que terá uma grande festa.

“(...) Também gostaria de fazer uma menção honrosa à escolha do tema do 2º Congresso. Para além da celebração dos 30 anos da promulgação de nossa Constituição Federal, entendo ser absolutamente necessário jogar luz nessa temática, face aos ataques que a Lei Maior do país vem sofrendo.

Também gostaria de dizer que a Assembleia Legislativa da Bahia-ALBA se sente muito honrada em, por mais um ano, sediar esta sessão solene, que saúda tão relevante categoria de profissionais do serviço público. E também felicitar o deputado Marcelino Galo, como proponente desta elogiável iniciativa.

Quero também aproveitar a oportunidade e enaltecer a Defensoria Pública da Bahia pelo seu projeto de Orçamento Participativo. O que se faz com este projeto, meu amigo Clériston Cavalcante, é auscultar o cidadão, as organizações sociais e os movimentos populares sobre suas prioridades. É dar voz a um segmento que vive na invisibilidade dos poderes públicos. Vale lembrar, coisa rara em nossos dias.

Esse modelo de compartilhamento de gestão com a sociedade é democrático, na medida em que as ações a serem implementadas pela Defensoria Pública são definidas de maneira coletiva – ouvindo a opinião daqueles que sofrem os problemas mais diretamente, de um Brasil que anda com os valores de ponta cabeça...” – essa é a verdade! – “(...) Esse projeto é uma boa ferramenta para se garantir e ampliar os direitos da população. Mas também de educá-la e conscientizá-la de deveres.

Sinto-me também, no papel de homem público, no dever de elogiar a Defensoria pela sua busca de alcançar a redução dos conflitos nas unidades prisionais e da ressocialização de sua população. Entendo se tratar de iniciativa de grande relevância na atual política do país de encarcerar por encarcerar, tão nociva para o presente e mais ainda para o futuro do Brasil. (Palmas)

Não podemos perder de vista que já somos a terceira população carcerária do mundo, hoje na ordem de 700 mil prisioneiros. Isso só reforça a tese de que o país prende muito e prende mal, uma vez que cerca de 40% dessas pessoas privadas de liberdade nem sequer têm processo em tramitação.

Na verdade, penso que os rumos que o país tomou nos últimos anos, com crise institucional, crise moral, inversão de valores, culto ao ódio fazem com que o defensor público se torne uma das figuras mais importantes e necessárias do país para se assegurar os direitos mínimos do cidadão brasileiro. Por isso, meus amigos defensores e defensoras, são enormes os desafios colocados a vocês enquanto profissionais e especialmente enquanto categoria.

E é justamente em função desse quadro mal pintado em que emolduraram o Brasil que compreendo também ser de extrema importância a adoção de políticas públicas em todas as esferas de poder, que foquem no fortalecimento institucional da Defensoria Pública, assim como na valorização da pessoa do defensor público como um dos grandes agentes de transformação da sociedade. (Palmas)

Defender a Defensoria Pública é lutar pela cidadania. É buscar a consolidação do indispensável Estado democrático de direito. Abraçar a Defensoria Pública é acolher os mais necessitados. Ser defensor público é colocar-se no lugar do vulnerável – o que não é fácil nesses tempos líquidos que vivemos, já dizia o grande Zygmunt Bauman. Portanto, fortalecer a Defensoria Pública é cuidar da higidez social do país.

Por isso, caros defensores públicos, a Defensoria Pública da Bahia e sua equipe de profissionais podem contar com o apoio desta Casa Legislativa para fazermos uma Defensoria Pública cada vez mais forte e atuante.

Mas tem uma outra questão que tem me incomodado bastante nos últimos tempos, que faz coro a esse festival de ataques à Constituição Federal, que eu queria dividir com vocês. E tenho certeza que incomodada está também a Defensoria Pública da Bahia.

Eu me refiro à delicada e premente questão do direito à moradia no país. A tragédia do edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, na cidade de São Paulo, envergonha o Brasil perante o mundo.

Essa tragédia anunciada, com todos os ingredientes de omissão, ceifou a vida de quatro pessoas até o momento, e outras cinco estão desaparecidas. Essa tragédia é apenas a ponta de um grande *iceberg* urbano que veio à tona, mas que infelizmente tem recebido um verniz oficial inapropriado.

O que tem me inquietado nos últimos dias é a tentativa tosca e irresponsável de se aplicar uma demão de criminalização nos movimentos de luta por moradia no Brasil, ao mesmo tempo em que se aplica uma cera fosca que mascara os verdadeiros responsáveis pela tragédia e o gravíssimo problema da moradia nas metrópoles brasileiras.

Eu usei a expressão demão, senhores e senhoras, porque esta versão que se busca divulgar para o país e o mundo no episódio do edifício Wilton Paes de Almeida nada mais é que um acabamento. É o retoque de uma triste obra. É a aplicação de um selador para impermeabilizar uma negligência federal. E, por sua vez, criminalizar lideranças e movimentos populares que lutam pela moradia.

A culpa não é das vítimas. Não se ocupa pelo prazer de ocupar. Aqueles 372 moradores, de 146 famílias, que residiam no imóvel ruído pelas chamas, são vítimas dos poderes públicos. Ou melhor, da ausência desses poderes. (Palmas)

O imóvel pertencia à União e estava cedido à prefeitura da capital, mediante acordo de 2017 entre a secretaria de patrimônio da união e o executivo municipal. Agora, só cabe ao Ministério Público do estado de São Paulo apurar e apontar os culpados que não requisitaram a reintegração de posse, que teria evitado as mortes. E à Justiça, resta responsabilizá-los.

Foi uma tragédia física que envergonhou o país ante o mundo pela essência da tragédia moral, que é a ausência de uma política habitacional do governo de Brasília. O Brasil tem cerca senhores e senhoras, de 6 milhões de famílias sem moradia. Enquanto há mais de 7 milhões de imóveis desocupados. Esta é uma aritmética imoral, 6 milhões de famílias sem moradia e 7 milhões de imóveis desocupados.

Ou seja, hoje no Brasil há mais imóveis ociosos que famílias sem ter onde morar. Está situação, para além do que há de mais básico em direitos humanos, viola também o princípio da função social da propriedade.

Trata-se de um princípio assegurado no art. 5º, inciso XXIII da Constituição Federal de 1988 - que celebra 30 anos de promulgada e sabiamente foi tema do congresso de vocês e viola também o estatuto da cidade - a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que busca ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Cabe ressaltar que o direito à moradia é um direito absoluto – ao contrário do direito à propriedade, que precisa atender a sua função social. Se uma família não tem onde morar, como as 146 do edifício do sinistro não têm – e milhares de outras espalhadas nas periferias das grandes cidades –, e existem imóveis ociosos, sem cumprir a sua função social, é natural que essas unidades habitacionais se tornem objeto de disputa. É o mínimo que as autoridades federais devem entender. Mas preferem culpar e criminalizar as vítimas.

O presidente Michel Temer em 2017, pasmem senhores e as senhoras, destinou apenas nove por cento (9%) dos valores previstos para o programa minha casa, minha vida. E para este ano, pasmem novamente, zerou o orçamento geral da união.

Não é à toa, ele foi hostilizado e expulso pelas vítimas e populares aos gritos de golpista, quando visitou o largo Paissandú horas após o prédio vir abaixo.

Portanto, meus caros e digníssimos defensores públicos, eu gostaria de fazer um apelo a todos vocês defensores públicos baianos, assim como às Defensorias de todos os estados brasileiros.

Não permitam que interesses escusos criminalizem os movimentos sociais e populares que lutam pelo direito constitucional à moradia. Sabemos que as crises são uma oportunidade para exploradores do sofrimento alheio atuarem. Que esses desonestos se vejam com as polícias.

Os movimentos por moradia são importantes para o Brasil atual. Embora o ideal fosse que não houvesse motivos para sua existência. Trata-se de uma luta necessária do ponto de vista político. Justa ante os direitos humanos. E legal perante o ordenamento jurídico brasileiro.

Vamos nos unir por um Brasil novo, com moradia digna para todas as famílias. E que se respeite a Constituição Federal.”

Fico à disposição de V. Ex.^{as} para encamparmos essa luta no Brasil, a começar pela Bahia.

Boa tarde e muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Obrigado por terem-me ouvido.

Por motivo de viagem, vou passar a presidência desta sessão ao nobre deputado Marcelino Galo, que foi muito feliz ao convocá-la.

Uma boa tarde e que os defensores, realmente, sejam verdadeiros defensores daqueles que precisam da Defensoria.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo. (Palmas)

O Sr. MARCELINO GALO LULA:- Obrigado, presidente Angelo Coronel. É boa a presença dele aqui, é um sinal de compreensão dessa necessidade do trabalho da Defensoria. E, com certeza, poderemos contar com ele para encaminharmos as questões referentes à Defensoria que estão tramitando nesta Casa.

Então, quero agradecer pela presença ao presidente. Não é em toda sessão que ele está presente.

Então, aqui, quero cumprimentar todos vocês, agradecer pela presença, agradecer a vocês por essa oportunidade que me deram de, mais uma vez, homenagear... não só homenagear, mas é um momento de reforço, é um momento de apoio a essa instituição tão necessária aos brasileiros, ao nosso país.

Por isso eu queria cumprimentar todos vocês, a começar pelo presidente Angelo Coronel, que aqui fez essa abertura; cumprimentar o nosso defensor público-geral, Clériston Cavalcante, que há pouco tempo esteve nesta Casa, recebendo a maior homenagem desta Casa que é a Comenda Dois de Julho. Então, é o comendador Clériston Cavalcante; cumprimentar o nosso secretário de Justiça e Direitos Humanos, que neste ato representa o governador Rui Costa, Paulo César Lisboa, meu companheiro Cesinha; cumprimentar o Sr. Procurador de Justiça Geder Rocha. Eu assisto a seu programa O Ministério Público Explica e tenho aprendido muito com esse que aqui representa a Dr.^a Ediene Lousado. Muito obrigado por sua presença; cumprimentar o Sr. Defensor Público, chefe da Defensoria Pública da União na Bahia, Dr. Bruno de Andrade Lage, e agradecer-lhe porque teve um papel muito importante numa ação contra a União para garantir os direitos dos pescadores a terem acesso ao defeso. Então, hoje, muitos pescadores já estão recebendo a indenização por preservar o meio ambiente e nosso estoque pesqueiro graças à Defensoria Pública da União; cumprimentar a corregedora da Defensoria Pública, a Sr.^a Maria Célia Padilha; a Sr.^a Ouvidora-Geral e presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, a nossa querida Vilma Reis, sempre presente aqui; o Sr. Conselheiro Substituto Ronaldo Nascimento de Santana, representando aqui o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Francisco de Souza Andrade Netto; o Sr. Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, João Carlos Gavazza Martins, aqui incansável na defesa, na luta dos interesses da Defensoria, também sempre presente nesta Casa, fazendo a sua luta, o combate justo; e o Sr. Coronel Nunes, representante do comandante-geral do Corpo de Bombeiro Militar, coronel Telles.

Então, quero agradecer a todos, saudar e dizer que é mais um ano de homenagens, mas que as condições, a conjuntura deste país se acirrou, e muito. Isso traz um grau de dificuldade muito grande e, principalmente, acirra, e muito, o caldo de cultura.

A exclusão social, a pobreza, a miséria já volta a este país, e isso por uma ação planejada, um golpe de estado que organiza uma reforma estrutural em que o Temer é

apenas um figurante alugado para fazer isso, mas o essencial é implantar um programa neoliberal. Então, estamos vivendo uma ditadura, um estado de exceção em que o Estado de Direito é seriamente agredido e ameaçado.

Então, o que é essencial nessas reformas estruturais? Mexendo na Constituição logo após o golpe, disse a que veio: o congelamento por 20 anos dos investimentos, dos gastos públicos, principalmente daqueles que se destinavam a, justamente, combater a desigualdade, às políticas públicas voltadas para a diminuição da miséria, da pobreza, das condições que levam a nossa população a procurar o acesso à Justiça, para garantir os seus direitos, através da Defensoria.

Congelou-se parte dos investimentos justamente para completar aquela parte maior do orçamento público destinada aos rentistas, aos bancos. Temos uma concentração nunca vista em outros países, pois aqui apenas cinco bancos controlam 82% dos créditos. Então, é preciso enriquecer, ou seja, tirar dinheiro dos mais pobres, daqueles que mais precisam, para dar aos mais ricos.

É uma sociedade doente. Apenas seis brasileiros detêm riquezas acima da que detêm 100 milhões de pobres, homens e mulheres deste país. Essa concentração é absurda! Concentração de terra! Concentração de riqueza! Concentração de renda! Então, se nós não transformarmos isso, isso aí cada vez mais se acirrará, e a Defensoria não vai dar conta disso.

O ajuste fiscal, o controle tira dinheiro desses programas. E a parte mais frágil é justamente aquela que cuida dos pobres. E cuidar de pobre neste país é muito difícil e arriscado. É muito arriscado cuidar dos pobres.

Nessa conjuntura, conjuntura dramática, estamos vivendo um estado de demência. Em uma só semana se toma a maior riqueza que foi descoberta aqui, neste país, o petróleo, o pré-sal, a tecnologia desenvolvida pelos brasileiros, e se entrega a cinco corporações, retirando a possibilidade de aplicar no que é mais fundamental, que é a educação, a saúde do povo, a segurança pública.

Há pouco eu estive no Encontro Nacional dos Praças da Polícia Militar de todo o país. Importantíssimo a gente abrir o diálogo com esses operadores da segurança pública, porque vivemos num país que mata mais de 60 mil ao ano. E mata os matáveis. Ninguém se comove com isso, naturalizou-se a violência neste país. Isso também é um complicador para a Defensoria Pública, porque a classe média, os ricos não se comovem. Quando se mata um branco de classe média, aí, sim! Mas são 60 mil! De cada quatro, três são negros e são pobres.

Esta é uma sociedade excludente. Nós somos uma sociedade estruturada na violência, na exclusão. Aqui se começou com a escravidão, em que seres humanos eram instrumento de produção. E numa dita “abolição” se excluiu dos ex-escravos a possibilidade de acessar ao mercado de trabalho, de acessar a instrumentos de produção de sua própria renda, criando uma massa de excluídos nunca vista nos tempos modernos, e que vai se acirrando. Cada vez mais aumenta o número de pobres porque se interrompeu um processo que vinha, de certa forma, amenizando a situação. Isso significa mais trabalho para a Defensoria.

E a solução que eles dão é: mais polícia. Uma intervenção fracassada no Rio de Janeiro aumentou os índices de violência ali: só policiais, nesse pequeno tempo, foram 28 assassinados. E o número de jovens e negros... E Marielle, uma porta-voz, uma representante dos favelados, dos direitos dos pobres, foi executada. E até hoje os interventores não deram conta disso.

Essa intervenção custa R\$ 1,5 milhão por dia para fazer pirotecnia. Esse dinheiro deveria ser aplicado da forma devida na segurança pública.

Então, não podemos falar de uma homenagem, de um apoio efetivo, esta Casa precisa estar ao lado de vocês, defensores públicos, porque vocês são a válvula de escape, a Defensoria é onde o povo vai procurar a garantia de acesso à Justiça. Uma Justiça que não está fazendo justiça.

Vemos um juiz em Nova Iorque ao lado de um milionário que vai ser candidato. Ele devia, pelo menos, preservar a imagem do Judiciário. Aquela figura, de 1ª Instância, que vem conduzindo as execuções, as prisões neste país estava ontem em Nova Iorque se oferecendo, para que o povo brasileiro veja quais são os interesses dele.

Então, é essa a realidade em que nós vivemos.

(Lê) “O dia 19 de maio foi escolhido como o Dia Nacional da Defensoria Pública em homenagem ao Santo Ivo de Kermartin, um franciscano da Ordem Terceira de São Francisco, nascido em 1253, e juiz do tribunal eclesiástico que, por sua atuação, ficou conhecido como o ‘defensor dos Pobres’ ou ‘advogado dos pobres’.

Os povos que fundavam seu sistema político no princípio da igualdade, ainda que implicitamente previsto, mas aceito, ajustavam seu sistema judiciário para permitir o acesso à Justiça aos necessitados.

A assistência jurídica pública e gratuita acompanha os povos que vivenciaram ou vivenciam a democracia desde a Grécia Antiga.

A conquista do princípio da igualdade perante a lei ocorreu durante o Estado Liberal, acabando com os privilégios oriundos do sistema feudal, todavia não impediram o crescimento das desigualdades no âmbito da sociedade burguesa.

O âmago principiológico da assistência judiciária foi a ‘Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia’, de 1776, a qual erigiu, sem ranhuras, o princípio da Igualdade perante a Lei. Assim dispôs:

‘Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais, quando entram em estado de sociedade, não podem por qualquer acordo privar da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter a felicidade e a segurança.’

No Brasil, remontam-se as Ordenações Filipinas a gênese da assistência judiciária, onde prevê no livro III, que trata sobre os agravos das sentenças definitivas, o seguinte:

‘Em sendo o agravante tão pobre que jure não ter bens móveis, nem de raiz; nem por onde pague o agravo, e dizendo na audiência uma vez ser-lhe-á havido como

que pagasse os novecentos reis, contanto que tire de tudo certidão dentro no tempo, em que havia de pagar o agravo. ' Então esse prevalece até hoje.

A relevância da Defensoria Pública em um contexto sócio- democrático, é imprescindível na medida em que propicia e instrumentaliza o efetivo acesso à justiça – direito esse, como dito, integrante do arcabouço das garantias fundamentais e, portanto, constitucionalmente previsto.

Somente a partir de um efetivo conhecimento da estrutura, organização e funcionamento das entidades e instituições democráticas que poderemos, de fato, promover o avanço e o fortalecimento desses órgãos incumbidos de funções tão caras a todo e qualquer povo, notadamente o povo brasileiro, o qual, em grande parte do povo, ainda ver-se privado de direitos básicos, sobretudo aqueles inerentes à cidadania plena e à dignidade do ser humano, hipóteses as quais se amolda o direito fundamental de acesso à justiça.

Hoje no Brasil vivemos num Estado que tem sua estrutura de funcionamento alterado, sobretudo pelo surgimento de um 'quarto poder' (não reconhecido constitucionalmente) o poder da imprensa dominado por quatro famílias que constituem o império da comunicação e a zona livre da internet, onde elas, também, exercem poderosa influência e pelo constante fraquejar do Poder Judiciário, cada vez mais partidariado e exercendo funções de defensores não dos pobres, mas da burguesia e do capital internacional e subordinado à onipresença e onisciência de um Juiz de primeira instância que se julga o poder supremo no Brasil com a condescendência das instâncias superiores e assessorado pelos pequenos ativistas da meritocracia burguesa que utilizam das redes sociais para emitir conceitos e preconceitos, antecipando julgamento, desqualificando os que pensam diferente e alvitando os direitos constitucionais.

No meio dessa confusão jurídica, no entanto, vale registrar esse trabalho fundamental da Defensoria Pública e seu permanente e vigilante esforço de garantir os direitos dos mais pobres.

Nos dias atuais podemos afirmar, que guardadas as proporções e a área de atuação, a Defensoria Pública pode ser comparada ao SUS do direito.

Ambos têm como beneficiários a população pobre e os excluídos da sociedade e desempenham suas funções em ambientes de extrema falta de condições e de recursos, mas, mesmo assim, conseguem atingir objetivos concretos, e acima da falta de estruturas que possuem.

Enquanto os que têm condições financeiras ou os que sacrificam o atendimento à outras demandas possuem planos de saúde e recorrem aos escritórios de advocacia das periferias ou rábulas, os que nada têm buscam os serviços do SUS para cuidar da saúde e da Defensoria para fazer valer os seus direitos fundamentais.”

Então, muito obrigado a vocês por esse trabalho extremamente necessário. A sobrecarga vai aumentar, mas é necessário.

Então, viva a Defensoria Pública, viva os defensores e defensora públicos, e muito obrigado a vocês. Um grande abraço. Viva a Defensoria! (Palmas)

Viva a Defensoria! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Então, nesse momento assistiremos ao vídeo sobre a Defensoria Pública Estadual, esse vídeo de 7 minutos.

(Apresentação de vídeo.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Muito bem! Vamos registrar aqui algumas presenças. Temos aqui Wellinton Rezende, representante da Superintendente do BAHIATER também, Célia Watanabe; Rafson Saraiva, Subdefensor Público Geral; Ailton Ferreira, assessor especial da Secretaria de Igualdade Racial do Governo do Estado, aqui representando a secretária Fábiana Reis; a defensora Firmiane Venâncio, diretora da Escola Superior da Defensoria Pública.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Vamos ouvir agora a palavra do nosso Defensor Público Federal, que é o Chefe Federal da Defensoria Pública da União, aqui na Bahia. Bruno de Andrade Lage, por favor. (Palmas)

O Sr. BRUNO DE ANDRADE LAGE:- Boa tarde a todos e todas, deputado Marcelino Galo, nosso anfitrião todos os anos. A Defensoria Pública da União na Bahia se sente muito honrada com esse convite e espera estar todo ano aqui, no dia 19 de maio. Celebrando com os colegas da Defensoria Pública do Estado; Dr. Clériston Macedo, defensor público geral do Estado, nosso grande amigo, nosso grande parceiro em nome de quem cumprimento todos os membros e todas as autoridades dessa Mesa e tomo a iniciativa de me dirigir aos meus colegas defensores que enchem esse Plenário.

Antes de tudo, quero lembrar que o estado brasileiro tem uma grande dificuldade de articulação entre as instituições no âmbito federal e no âmbito estadual. Vemos isso, inclusive, muito debatido na mídia, com as polícias, uma dificuldade de integração de Polícias Cíveis e da Polícia Federal. E até hoje isso não é diferente no âmbito da Defensoria Pública, infelizmente, coisa que eu e Dr. Clériston temos tentado, aos poucos, mudar com aproximação cada vez maior que já vem desde a chefia da Dr^a Charlene, aqui na DPU-Ba, porque nós entendemos, temos essa visão comum de que o assistido da DPU e o assistido da DPE são a mesma pessoa. O assistido que vai pedir a pensão alimentícia na DPE pode ser um assistido que vai precisar de uma pensão por morte do benefício previdenciário na DPU. A pessoa que a DPE faz o acompanhamento do processo criminal, da pessoa que está reclusa, é aquela mesma pessoa cuja família precisa se dirigir à DPU para conseguir o auxílio reclusão.

Então, esse tipo de comunicação entre instituições é algo que eu acho que a Defensoria Pública pode ser pioneira também nisso, já que é pioneira em tantos outros temas. Vamos ser pioneiros nisso, em fazer uma defensoria pública una, até como a nossa Constituição prevê, pensando nesse assistido, pensando no bem dele e em facilitar. Nós sabemos que trabalhamos com um público alvo que é muito difícil de ter o acesso ao conhecimento e distinguir o que é de cada atribuição, de cada esfera de poder.

Então, eu faço até em público um convite ao Dr. Clérison para a gente sentar e pensar em uma forma de aproximação, de comunicação, para evitar que esse assistido, inclusive, fique sendo dirigido a órgãos diferentes, sempre em dúvida de quem é a atribuição. Já tomamos uma medida nesse sentido, que foi a celebração de um termo de cooperação na área de saúde, que como todos sabemos aqui, é uma área de competência, tanto da União, quanto dos estados, então esse termo de cooperação discrimina as hipóteses de atuação da DPE e da DPU.

O principal objetivo é que os defensores públicos, nas duas esferas, estejam muitos cientes em que caso atuarão e também para o assistido ter uma informação mais precisa e não fique se deslocando de órgão a órgão. Mas a parceria de DPU-Ba e DPE-Ba também vai além disso: está no atendimento, nas bases comunitárias, nas quais nós temos participado. Apesar de todas as dificuldades, nós temos 21 defensores apenas em Salvador, está no atendimento às vítimas de Mar Grande, onde foi feito um bonito trabalho conjunto; está em várias ações, por exemplo, amanhã, na Lapa estaremos juntos também, não é? No próprio atendimento à população de rua, onde Eva foi uma pessoa fundamental para fazer essa ponte entre as duas instituições.

Quero até fazer uma menção à Maria Lúcia, do Movimento Nacional de População de Rua, que nos deixou há pouco tempo (palmas) e que foi uma figura fundamental. É uma figura que até hoje me traz essa lembrança de DPE e DPU sentarem para tratar de um assunto em comum. E até hoje nós atendemos numa sala, lá na sede do Canela, uma vez por semana, a população de rua para temas da competência federal.

O deputado Marcelino Galo, realmente, – eu conversava isso com Vilma Reis ali – deixou pouca coisa para a gente falar, ele traçou um panorama do Brasil na atualidade e esgotou o nosso assunto.

Lembrou-me muito, deputado, a obra *A Elite do Atraso – da Escravidão à Lava Jato*, de Jessé Souza. Jessé, nesse livro, deixa muito claro que o combate à corrupção por si só, como se tem pregado, não vai modificar muita coisa no Brasil se a gente não for ao âmago do nosso problema que é a desigualdade social. Se a gente não atacar isso, não adianta toda essa parafernália midiática, porque não atacaremos o alvo da questão.

E nesse livro ele fala que desde a escravidão o Brasil classifica as pessoas como gente e subgente. E se a gente pensar, uma escravidão terminada sem dar estrutura, sem dar terra para que aquele povo trabalhasse, gerou essa desigualdade que se perpetua até os dias de hoje.

Então a gente tem que ter essa consciência de que as dificuldades eu acho que nunca terminarão para a Defensoria Pública, porque nós trabalhamos com esses seres humanos que muitos enxergam como subgente.

Nós passamos muitos anos comemorando emendas constitucionais importantes que trouxeram, primeiro, a autonomia à Defensoria dos estados, posteriormente à Defensoria Pública da União e à do Distrito Federal. A Emenda Constitucional nº 80, de 2014, previu a necessidade de Defensoria Pública em todas as comarcas. Mas a Emenda Constitucional nº 95, que o deputado Marcelino Galo mencionou, está

simplesmente sufocando a Defensoria Pública da União e impedindo totalmente o cumprimento da Emenda nº 80.

Temos duas emendas aí, lado a lado, e não há como a Defensoria Pública da União chegar, no caso federal, às subseções da Justiça Federal se temos um orçamento congelado por 20 anos. Está difícil realizar o pagamento das despesas correntes, quanto mais implantar novas unidades. Então, para nós que trabalhamos para essas pessoas, tenho a impressão que o caminho nunca será muito fácil.

Então celebremos a nossa união, a nossa disposição de trabalhar por essas pessoas e encaremos os desafios. Que esses desafios não sejam motivo para desistirmos, mas para que sigamos cada vez com mais vontade, com mais afinho, com mais garra, com mais vontade de lutar por essa carreira que nós escolhemos.

Viva todos vocês, meus amigos defensores públicos! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Quero agradecer ao Dr. Bruno de Andrade e também registrar a presença da Dr.^a Soraia Ramos, defensora pública, coordenadora das Defensorias Públicas Regionais.

Aqui uma justificativa da deputada Fabíola Mansur, que diz que, por viagem ao interior, não pôde estar presente, mas que parabeniza a Defensoria.

Quero registrar a presença de Mônica Aragão, subcoordenadora da Curadoria Especial da Defensoria Pública.

Então, agora, vamos passar a palavra para a ouvidora-geral e presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, a nossa querida companheira Vilma Reis. (Palmas)

A Sr.^a VILMA REIS:- Deputado Marcelino Galo, eu vim de roteiro anotado porque eu não posso brigar com o tempo. Boa tarde. Eu gostaria de saudar a Mesa em nome de quem preside esta sessão neste momento, deputado Marcelino Galo, e em nome de Dr. Clérison Cavalcante de Macêdo, pelo dia de hoje, pela celebração, pelo que nós estamos aqui batalhando.

Eu vim com um roteiro porque tenho algumas coisas a dizer e acho que aqui é o lugar para a gente dizer, para a gente pactuar, para a gente fortalecer agendas. Juntando-me aqui com o Dr. Bruno, gostaria que, no dia de hoje, realmente, essa liderança, essa pessoa pública que marcou tanto o trabalho da Defensoria, Dr.^a Eva, nas ruas, desde o início do seu trabalho, com a população em situação de rua... que a gente desse um “salve” para Maria Lúcia, por toda coragem do movimento de população em situação de rua na Bahia, e que (palmas), graças ao seu trabalho, ontem eu vi Dr. Marcelo Rocha, de Feira de Santana, e lembrando de Edcarlos e de todas as lideranças formadas por Lúcia e que também formaram Lúcia, todas aqui muito próximas da Defensoria Pública da Bahia. Isso é muito importante. Mas eu disse do roteiro e vim com um roteiro, porque hoje nós precisamos muito...

Eu gostaria inicialmente de lembrar, deputado Marcelino, que esta sessão aqui, no meu entendimento, é um espelho do que representa a Defensoria Pública na Bahia

e no Brasil no imaginário da sociedade atualmente. Essa é a instituição mais lembrada, querida e respeitada pela sociedade brasileira. E não é por uma não compreensão da sociedade. É, exatamente, por uma sociedade cujo projeto, como bem disse aqui Dr. Bruno, é de uma sociedade ainda muito calcada num projeto casa grande/senzala, uma sociedade extremamente colonial, uma sociedade marcada pela segregação, e que nós... Quando Jessé de Souza nos lembra que é a elite do atraso, e foi o senhor mesmo que ao chegar aqui nos lembrou que 1% deste país tem mais dinheiro do que 100 milhões de pessoas, a gente não pode chegar a uma equação de equilíbrio.

Então, quando essa instituição mais lembrada... Não é isso, Dr. João Gavazza?... É importante a gente pensar por que isso campeia no imaginário da sociedade. Por que essa instituição? A gente também lembra que a Defensoria Pública nasce como um projeto nacional na Constituição Cidadã, que é a Constituição mais popular da nossa história. Foi basicamente a única, diferente de 1824, diferente de 1891, diferente de 1937, diferente de 1946 e diferente das que tentaram chamar de Constituição, durante o período de exceção, na década de 60.

A Constituição de 88 é um projeto em que nós víamos pessoas e parlamentares, como Lídice e tantos outros e outras, se colocarem, corajosamente, para ir discutir no meio do povo, na sociedade, não é mesmo, Nereida? Então isso para a gente é muito importante.

É na Defensoria Pública que a sociedade brasileira está iniciando uma experiência única no mundo: a criação das Ouvidorias Externas, como parte de um projeto de comunicação necessário para um sistema que era hermético, enclausurado, sem comunicação e que pensava que podia decidir tudo, absolutamente tudo, sem dialogar com a sociedade.

A Defensoria, a partir de 2006, inaugura um novo capítulo no sistema de Justiça, criando essas pontes tão necessárias. É importante dizer, deputado, que na terça-feira, no mesmo momento em que a DPE-BA abria o seu II Congresso Estadual, era também o momento em que no Pará, lá onde se produz também tantas injustiças e tantas mortes, nós estávamos fazendo a 12ª Ouvidoria Externa, dentro da Defensoria Pública do Pará. E essa é uma vitória importante que nós precisamos celebrar. O companheiro Johny, corajosamente, entrou com a companheira Eliana Bógea, eleita ouvidora-geral da Defensoria Pública do Pará, um projeto que quase custou a vida dele. Então isso para a gente é muito importante.

Eu gostaria de dizer, portanto, que nós estamos aqui, e a criação das Ouvidorias é esse projeto incrível, João, que junta e que aproxima em tantos momentos as bandeiras, as batalhas de ampliação, quando nós estamos nessa energia de chegar pertinho do povo. Portanto, deputados, defensoras, defensores, sociedade civil aqui presente, as representações do Poder Executivo que estão aqui presentes, a representação do Ministério Público, das forças de segurança – aqui a presença do secretário de Justiça –, gostaria de dizer que a palavra da Ouvidoria Externa aqui, do Conselho Nacional de Ouvidorias e de todas nós que lutamos e batalhamos pela ampliação do acesso da população à Justiça é de que nós estamos aqui também pela aprovação do PL 129 (palmas), porque ele é o projeto que moderniza a DPE-BA e vai

fortalecer a ampliação da Defensoria Pública nos 27 Territórios de Identidade da Bahia.

Nosso destaque para esse projeto... porque nessa Bahia, onde tem ainda o velho oeste, nessa Bahia, onde ainda o povo de Correntina tem que – 10 mil pessoas, deputado – tomar as ruas do Oeste para garantir o acesso à água, para não ser somente do 1%, que tem avião de carga e tem aeroporto particular, é muito importante o que nós estamos fazendo aqui.

Há alguns anos, as pessoas não tinham ideia do que era a Defensoria Pública. As pessoas não se davam conta: primeiro, pelo tamanho que era; segundo, porque você conseguia visualizar, com muito mais força, as outras instituições. Pois bem, deputados, defensores, defensoras e demais autoridades aqui presentes, Dr.^a Célia Padilha, nós estamos aqui, também, para fazer um importante destaque, secretário Cezar Lisboa, ao ato corajoso do governador Rui Costa. Foi um ato muito importante vetar o PL da advocacia dativa no estado da Bahia. (Palmas) Muito importante.

Nós não podemos e não aceitamos o dinheiro que vai pelo ralo. Nós entendemos que a Defensoria Pública é uma instituição que sedimenta uma cultura de direitos. Quando a Defensoria chega, os agressores, os violadores de direitos humanos se afastam. Os agressores das mulheres pensam duas vezes, três, dez vezes o que vão fazer. Com certeza, com a presença da Defensoria Pública, a gente vai ter um outro cenário cada vez melhor no interior da Bahia.

A modernização, portanto, da Defensoria Pública interessa à sociedade civil, interessa aos movimentos sociais que se organizam e estão dentro, participando das lutas da Defensoria, através do seu grupo operativo, que é o Conselho Consultivo da Ouvidoria Cidadã.

A coragem e o ato do governador, inclusive, de se indispor com *lobbies* poderosos neste estado... É importante que, da Casa do Povo, na Assembleia Legislativa, que reúne os mais diferentes interesses, o governador ouça daqui, da boca de uma representação da sociedade civil, que nós apoiamos esse ato de veto desse projeto, porque não é possível que um defensor no início de carreira, que ganha um salário de R\$ 20.492,00, seja substituído por alguém que vai muitas vezes para cumprir um único ato. Não é possível. Tem defensores aqui que carregam 5 mil processos. Tem defensores aqui que quando passam na rua, na cidade do interior, deputados, aqueles que se achavam donos das vidas das pessoas repensam os seus atos. Então, para a gente isso é muito importante. E é por isso que nós estamos aqui falando dessas questões.

É importante dizer que, nos 30 anos da Constituição Cidadã, o tempo é de resistência constitucional. E ampliar a Defensoria Pública naqueles lugares onde, exatamente, nós não temos condições de disputar por direitos em pé de igualdade... Ampliar a Defensoria... Quem pensa que isso é um gasto está equivocado. Investir na Defensoria é acreditar e ampliar direitos e isso para a gente é fundamental.

O tempo, também, é de muito ódio de classe. E aqui a Defensoria Pública, mais do que nunca, é preciso que tenha lado e o seu lado seja o lado do povo, ao lado das lutas do povo.

Eu queria dizer ainda que a filósofa Sueli Carneiro ao nos dizer que a desigualdade e a violação de direitos que vivenciamos só são possíveis numa sociedade que tolera o racismo e o ódio de classe, que sustenta o governo dos ricos e dos super-ricos, que nesse momento tripudia de um projeto de incipiente democracia no Brasil...

É importante dizer que a Bahia se coloca na tentativa de uma trincheira e esta trincheira tem força, também, nas instituições. Se uma instituição, a defensora, se ela não for fortalecida, isso é ruim para o processo democrático, ainda mais na conjuntura em que nós vivemos.

Eu gostaria de dizer algo sobre Marielle Franco. Como bem lembrou o Sr. Deputado Marcelino Galo, Marielle Franco morreu porque descobriu ser possível dizer outras coisas aos policiais. E, com Marielle, durante este ano, mais de 67 defensores de direitos humanos já foram assassinados no Brasil! Mas a Defensoria Pública não pode se encolher e não se encolhe! Isso é muito importante!

Eu queria, sim, através de questões, destacar alguns pontos.

Na última terça-feira, enquanto a Defensoria se preparava para abrir o seu II Congresso de Defensores Públicos da Bahia, pela manhã, um grupo de jovens, estudantes do Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia, de Castelo Branco, foi à Ouvidoria Cidadã.

Eles e elas, uma turma inteira, compareceram. Depois de conversarmos com eles, eles decidiram que vão espalhar o projeto pela escola inteira. Eles vão fazer uma ação nas regiões de Castelo Branco, Cajazeiras e adjacências para falar da Defensoria Pública. E, no dia 17 de outubro, Dr. Clérison, eles querem que toda a Defensoria, se possível com a sua unidade móvel, vá àquela região para que outras e outras pessoas entendam o que é a Defensoria Pública. Eu, realmente, fiquei arrepiada conversando com aqueles três jovens.

Vejam, este é o trabalho de educação em direitos. Muitas vezes, é invisível o trabalho que a Defensoria faz. Há de se ter a potência tanto quanto a presença do defensor dentro da sala de audiência de custódia.

Digo isso, porque aqui é o trabalho de prevenção. Aqui é o trabalho de fortalecimento da sociedade. Aqui é o exercício de um menino tão jovem que compreendeu o que é sistema de justiça, não como cliente e réu do sistema. Mas ele ou ela chegou e compreendeu: "Eu posso me fortalecer e defender outros jovens que estão naquele sistema "nem-nem", ou seja, nem estudante nem trabalhando, que estão largados, muitas vezes, nas esquinas.

Eu fico sempre pensando. Quando eu encontro o secretário *Cezar Lisboa*, Dr. Clérison, eu fico pensando que ele nos inspira, porque, junto com Dr.^a Denise Tourinho e junto com a equipe do Corra para o Abraço, ele é um defensor da política de prevenção, ele se tornou um gigante dentro do Pacto pela Vida com a Defensoria Pública para que questões fossem modificadas.

E nós precisamos, Dr. Cezar, continuar nesta batalha (palmas, muitas palmas) para que os direitos humanos estejam à frente do lucro, para que a conversa, muitas

vezes, que parece tão lúcida, em defesa da propriedade, não seja mais forte do que a defesa da vida e da liberdade! Isso, para a gente, é fundamental.

Gostaria, por fim, de dizer o seguinte. As defensoras populares de direito, Dr.^a Firmiane, estão, agora, em São Caetano, no Curso de Mediação de Conflito, fazendo aula prática dentro da associação de moradores. Elas são a segunda notícia muito sofisticada da Defensoria Pública da Bahia. Isso, para a gente, é muito importante, porque é uma outra forma de você ter acesso ao sistema de justiça.

No dia 29 de agosto de 2015, junto com Jean Wyllys, junto com a diretora da escola e com todo esse *staff* de mulheres poderosas que estão aqui na frente, nós discutimos – não foi mesmo, Dr. Rafson? – que o sonho da Defensoria era estar daquele jeito, que as pessoas acessassem a Escola Superior da Defensoria não porque elas estavam machucadas, mas porque elas tinham um propósito de ir àquele espaço com outras demandas.

E quanto às defensoras populares, elas carregam, Dr.^a Cristina Ulm, esta batalha muito importante. Então, ver Lindinalva no vídeo institucional da Defensoria é uma vitória para todas nós da sociedade civil.

Gostaria de dizer que, hoje, em Salvador, também começou o 3º Encontro Internacional de Mães e Familiares de Vítimas do Estado, deputado Marcelino Galo. E, no sábado e no domingo, a instituição a abrigar este encontro é, exatamente, a Defensoria Pública da Bahia.

Isso é uma relação que a gente vai construindo com movimentos que são muito desconfiados com a institucionalidade. E eles têm razão de serem desconfiados. Mas a política que a gente tem feito é a de não falar ‘por’ – como bem disse Fabiana Severo, hoje de manhã, na conferência de encerramento do II Congresso de Defensores Públicos da Bahia – mas é a política de falar ‘com’ e de construir ‘com’.

Assim, Tânia Palma, Maura Cristina, Naira Gomes e essa gigante dos direitos das mães, lutadora, mãe de Davi Fiúza, Dona Rute Fiúza, lideram, junto com todas aquelas mulheres como Débora Silva, este encontro internacional que recebe mulheres de várias partes do mundo. Neste momento, elas estão reunidos na Faculdade de Economia da UFBA. Elas estão em Salvador e permanecerão durante o final de semana exatamente nesse espaço.

Isso é algo que engrandece a Defensoria Pública. Isso é algo muito importante para a Ouvidoria Cidadã, pois este é o nosso projeto: que as pessoas tenham a Defensoria como a instituição de referência na afirmação dos direitos. E isso, para a gente, é decisivo.

Para terminar, lembro que, recentemente, no programa do jornalista *Juca Kfoury*, o jurista Pedro Serrano fez uma fala histórica, Dr.^a Sinara. Foi uma fala sobre a situação, o contexto e a conjuntura de uma cultura de ódio e de classe que nós vivemos. Pedro Serrano, ao falar do que está em curso, daqueles que querem nos impor uma dinastia togada, daqueles que estão encastelados nos palácios e, mesmo sem terem um único voto, decidiram que vão legislar em nome das nossas vidas. Pedro Serrano lembrou que nós precisamos nos colocar no *front* da luta. Nós

precisamos ter força, deputado Marcelino Galo, para a DPE, efetivamente, ser o SUS do sistema de justiça.

Tânia Palma sempre lembra que a gente quer a porta abarrotada. E essa porta da Defensoria abarrotada não é por ineficiência e ineficácia quanto ao atendimento da Defensoria. Mas esse abarrotamento é para lembrar a cada parlamentar que esta instituição é decisiva na vida do povo.

Mais do que nunca, a gente quer que todos os entes componentes desta Mesa e todos os ouvintes da *TV Assembleia* neste momento sejam os condutores das mensagens a se fazerem chegar ao governador Rui Costa para dizer que nós precisamos da Defensoria espalhada por todo o interior da Bahia (palmas), repito, por todo o interior da Bahia! (Palmas)

Como bem disseram os palestrantes, *Patrícia Kettermann*, o professor Giovani, o Amauri Teixeira, que nos fez um painel histórico nesse congresso, a gente tem falado muito de abolicionismo penal. A gente tem falado dos 130 anos de abolição.

Mas a abolição, para nós, significa fortalecer e botar, não em condições de projetos, porque quanto aos projetos das instituições, eles são diferentes. Mas se deve colocar a Defensoria na disputa orçamentária. Na hora de dar força ao DPG para chamar mais defensores, que a gente... seja nas Assembleia, Seplan, Casa Civil, que a gente dê armas muito parecidas aos acusadores, aos julgadores e, fundamentalmente, àqueles que a sociedade tão bem interpretou decisivamente ao seu lado, que é a Defensoria Pública. Esta instituição precisa de equidade na distribuição dos recursos.

Por isso, para nós, é tão forte quando esta Defensoria saiu, Dr. Clériston, de 23 para 33 comarcas hoje, chegando quase às 34 anteriores. Há o projeto de expansão de se inaugurar mais de 18 sedes no interior da Bahia. Para nós, isso é muito importante. O grupo operativo se espalha por esta Bahia, vai nos ajudando a ver esta instituição e vai falando para as pessoas que a gente consiga espalhar a Defensoria pelo estado. Digo isso não por uma instituição que quer se agigantar e se encastelar, mas uma instituição que é decisiva, porque quem está preso precisa de liberdade.

A criança que sai em cumprimento de medida socioeducativa de barreiras e vem se parar em Salvador, ela precisa de defesa. Aquela moça espancada barbaramente no Recôncavo da Bahia ontem à noite, ela precisa de defesa. E esta defesa precisa ser compulsória. Então que a gente tenha forças para fazer isso!

Muitas coisas nós temos aqui para falar, mas essas são as nossas bandeiras de hoje!

Que o governador Rui Costa saiba que tem o apoio da sociedade baiana na hora em que ele sancionar o PLC nº 129. Não é por nenhuma benesse, por nenhuma outra questão! Não há partido político nesta causa. Nesta causa, há o povo baiano que precisa ampliar o seu campo de defesa e ter paridade de defesa com aquele 1% da população que não representa e que não elege o governo.

Viva nós! (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Agradeço as palavras da nossa companheira Vilma Reis.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Gostaria de registrar as presenças de Luciana Menezes, representante do secretário da Educação, Walter Pinheiro; Larissa Guanaes, defensora pública e corregedora-adjunta; Nereida Mazza, representante da senadora Lídice da Mata; Gil Braga, defensor público e sub-coordenador da Especializada Civil e Fazenda Pública; e Jânio Neri, da Defensoria Especializada na Proteção aos Direitos Humanos e Instância Superior.

Então, agora, nós vamos passar a palavra para o secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Cezar Lisboa, que, neste ato, representa o governador Rui Costa. (Palmas)

O Sr. CEZAR LISBOA:- Boa tarde a todas. Boa tarde a todos.

Para mim, é um prazer imenso e uma honra mesmo estar aqui com vocês neste dia especial desta sessão em que se comemora o Dia do Defensor Público.

Do ponto de vista da gente, pelo menos para mim que estou no governo, tem sido bastante constante a presença da Defensoria Pública no sentido de que, naquelas coisas e naqueles temas bastante vitais e bastante melindrosos para as relações, a gente tem de estabelecer internamente nas nossas ações.

Ao iniciar, eu queria saudar Marcelino Galo, proponente desta sessão especial. Tal como eu, ele tem, digamos assim, uma trajetória de vida bastante incomum, bastante parecida. E, por isso, vejo que ele está sempre alerta a temas tão importantes e tão determinantes como a questão dos direitos humanos.

Queria saudar também o defensor geral Clériston Macêdo, pois, sempre, gosto de parabenizá-lo pela dinâmica e pela forma como tem trabalhado à frente da Defensoria no sentido de colocá-la, cada vez mais, em uma posição de relevo e em uma posição de destaque. Acho isso algo bastante profundo.

Eu queria dizer que, nesses últimos 10 anos, a Defensoria Pública, talvez, tenha sido a instituição, pelo menos na Bahia, que mais tem tido um avanço enquanto instituição. Acho que do ponto de vista das conquistas, não só conquistas internas, do ponto de vista da organização interna da instituição, mas, sobretudo, do ponto de vista das conquistas no sentido de estar mais presente na vida da sociedade, esta, talvez, seja a instituição que tenha tido mais avanços e avanços rápidos.

Eu, até, listei alguns avanços que aparecem naquele vídeo. Vários aparecem naquele vídeo como idosos, crianças e adolescentes. Aqui se falou de população de rua ao fazer aquela saudação, extremamente, merecida na pessoa de Lúcia. Inclui-se, aí, o tema dos pais responsáveis.

Agora, vocês estão trabalhando com algo de uma sensibilidade muito especial que é um serviço para as vítimas da violência. Digo isso porque, quase sempre, pela própria atividade da Defensoria, ela tem de mexer, muitas vezes até, com quem perpetrou a violência. E vocês, de forma muita sabida e profunda, estão dando algo ao chamar e ao proteger, também, aquelas pessoas que são as vítimas dessa violência. Isso é algo muito salutar.

Também, por exemplo, há a própria Defensoria Cidadã Itinerante que tem girado por muitos lugares, tem sido algo com uma estrutura bem bonita, uma estrutura leve. Eu acho bem bacana aquela forma como vocês param aquele ônibus e tem todo um aparato ali, é algo que enche os olhos, inclusive, de quem vai lá ser atendido e tal. Então, vejo que são avanços muito importantes. E por isso que estou insistindo de que, talvez, tenha sido a instituição que tenha avançado mais rápido nos últimos 10 anos. Eu fico feliz que também isso coincida com o fato de que, pelo menos, tenha sido o período em que tenha estado, aqui, na cidade do Salvador - venho do interior, inclusive, morava no interior – junto ao governo do estado. E vejo que tem uma espécie de correspondência no sentido de que o próprio governo do estado - desde o governador Jaques Wagner, incluindo, agora, o governador Rui Costa – teve, também, essa preocupação, essa sensibilidade para com a questão da Defensoria Pública, para com esse tema que é extremamente importante para a gente.

Bom, nós estamos, hoje, vivenciando, na prática, uma crise geral das instituições, não só, assim, do ponto de vista da estruturação das nossas instituições. E eu acho que, nesse aspecto, continuo insistindo, vocês até são exceção. Mas todas as instituições, do ponto de vista de governos executivos, seja lá federal, federal, então, mais fortemente, mas governos estaduais, governos municipais, todos eles estão vivendo uma crise, do ponto de vista institucional, bastante forte. Do ponto de vista interno, de como ele se estrutura, mas, sobretudo, do ponto de vista como a população vê essas instituições. E vamos ser bem francos entre nós, a população não está de todo errada. E a percepção da população é uma percepção bastante, digamos, realista sobre a situação das instituições de modo geral.

Eu até queria pensar numa coisa de que essa desconfiança popular, ela deveria ser uma ferramenta extremamente importante para nós mesmos enquanto instituições nos avaliarmos, pensarmos as nossas ações, enfim, ser um indicador de que é preciso ter mudanças, é preciso ter transformações rápidas do ponto de vista das nossas instituições. E vejo que nesse mar de crise institucional, de novo, a Defensoria Pública é uma exceção, por ser, inclusive, ao que me consta, aquela instituição que é mais, digamos, amada, mais querida ou, melhor assim, a queridinha da população brasileira, do ponto de vista institucional. O que é algo, de novo, bastante importante e salutar.

Bom, o certo é que, no meio dessa crise das instituições, de fato, nós estamos, agora, vivendo um problema mais profundo que tem a ver com o tema da nossa própria Constituição, chamada Constituição Cidadã, que Vilma falou, aqui, com uma certa força. Ao que me consta, a nossa Constituição, ela começa, digamos assim, a ser fragmentada, desmoronada, destruída, do ponto de vista constitucional. Eu até cheguei a anotar, aqui, uma palavra: constituinte, me dá uma sensação que daqui a pouco, em muito breve, nós vamos estar, de novo, lutando por uma Constituinte no país. Se isso persistir do jeito que está aí. Eu, particularmente, também o deputado Marcelino, nós dois começamos as nossas lutas bastante jovens. E quando a gente entrou lá, uma das coisas que nos motivavam era exatamente lutar, há época, também por uma nova Constituição no Brasil, por uma constituinte, ou seja, por aquilo que veio dar na Constituição de 88.

Agora, me parece que talvez as novas gerações vão ser obrigadas, de novo, a pensar sobre isso, porque na condição que a gente tem aqui fica um tanto quanto complicado a gente retomar, sobretudo, com tantas emendas que destroem, digamos, aquilo que tinha de mais profundo, o âmago daquilo que seria a Constituição Cidadã. E só em pensar que se, o deputado Marcelino citou isso aqui, o congelamento dos gastos sociais por 20 anos, ele praticamente destrói uma possibilidade de se fazer políticas públicas, políticas sociais mais profundas.

E você pensar que a lei está lá escrita, eu não li a lei. Ela vem escrita que vai se tomar como base o orçamento de um ano e a partir desse ano, por 20 anos só se pode aumentar em função da inflação do período. Acontece que, tudo bem, você pegava o orçamento e ia desdobrando esse orçamento em função da nossa inflação, mas o grande problema que tem é que se todo mundo fosse estudar o orçamento, e já deu uma olhada no orçamento para as questões sociais, todo o orçamento foi cortado basicamente a zero. Então esse orçamento que foi cortado a zero é que serve de referência para os próximos 20 anos.

Então, mais do que só a questão de congelar se cortou o orçamento de fato. Não se tem mais orçamento para a questão social. A minha secretaria, que eu estou na frente, é a de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, das políticas sociais. E concretamente se cortou tudo. E, além de cortar, se congelou por 20 anos. Então é algo que a gente tem que pensar profundamente sobre isso.

E quer ver algo que a gente não fala muito e eu não sou jurista, não sou advogado e, por isso, posso falar até uma heresia aqui, mas estar nítido que essa legislação quebrou com aquela lógica dos 25% para a educação. E quebrou com a lógica dos 15 % para a saúde. Não existe mais, só que isso não foi falado ao povo. Aparentemente está lá na lei, mas da forma como vai se desdobrar a legislação esse parâmetro acabou. Então se vai poder gastar mais ou menos a depender da vontade do gestor do momento. Isso é um problema gravíssimo para as nossas futuras gerações.

E se a gente está pensando, por exemplo, que as políticas sociais cobrem, sobretudo, a vida que a gente vai de criança até ficar na idade de trabalho, porque passa pela política com a infância, passa pela política com a educação, até chegar a idade do trabalho, a legislação trabalhista nos rompeu toda proteção para a idade produtiva da gente. E quase que conseguiu romper também com toda proteção para quando a gente passasse da idade produtiva e tivesse aposentado, também com essa proposta não se teria um sistema de proteção, ou seja, na prática aquilo que estava como cidadã tinha deixado de ser.

E, por isso, é que eu estou falando que, daqui a pouco, é possível que a gente vai estar voltando a pensar em termos de uma Constituição. Isso tudo numa sociedade extremamente desigual, aqui Vilma falou, aqui o Defensor Público da União que eu quero saudar, também falou sobre esse assunto; o próprio deputado Marcelino Galo; o presidente da Assembleia também tocou nesse tema, uma sociedade extremamente desigual e uma sociedade que tem provocado, que sempre trabalhou, o âmago dela sempre foi o âmago da exclusão social, da fragilização de parcelas imensas da nossa população. E se nós pensarmos em termos dessa sociedade desigual, aparentemente o acesso à justiça, o acesso à cidadania, o acesso a um conceito de democracia, no

sentido de que a democracia é algo que tem que chegar a todos e por isso tem que ser cidadã, tem sempre sido algo muito problemático na nossa sociedade. E se a gente soma a essa que eu chamei dessa crise de instituições aumenta ainda mais as chamadas dificuldades sobretudo para com essa parcela dos excluídos, e Vilma falou bem sobre o processo de corte que teve de uma política de se tentar contrapor a essa exclusão total.

Insisto nisso porque na prática eu tenho – entre outras coisas também faço parte da coordenação do Pacto Pela Vida – estudado um pouco o que acontece, quem é que vai preso e quem é que está morrendo no nosso estado, no nosso país de modo geral, eu tenho me aprofundado mais na questão do estado por conta do Pacto Pela Vida e é nítido que quem está sendo preso e quem está morrendo são as mesmas pessoas. Quase que é alguém no espelho que mata e vai preso, é esse mesmo público.

Eu tentei aprofundar um pouco mais para descobrir que público era esse, e devo confessar a vocês que encontrei um público extremamente marginalizado. Não dá aqui para explicar os dados que a gente levantou, mas é alguém que está fora do Bolsa Família, é alguém que está fora do mundo da educação, alguém que está fora do mundo do trabalho, alguém que está nas condições mais precárias possíveis. É essa a população que está sendo a grande vítima da violência, tanto do ponto de vista de quem morre, como do ponto de vista de quem mata.

E isso tem a ver fortemente com a desigualdade da nossa sociedade, fortemente com o fato de que esse público é que acaba sendo aquele que sofre todos os percalços resultantes da violência. E, nesse sentido, é que eu acho que esse público precisa ter voz, muitas vozes, e eles nem sempre têm essas vozes, não é necessariamente sequer um público que está organizado socialmente do ponto de vista sindical, do ponto de vista de associações. E uma dessas vozes, talvez hoje esteja se construindo como uma das mais fortes, tem sido a Defensoria Pública. E é exatamente por isso que eu acho que a Defensoria Pública cumpre um papel que nem mesmo todos nós que mexíamos com a vida política tínhamos uma percepção de que isso pudesse acontecer e aprofundar cada vez mais. Eu tenho a impressão que talvez nem vocês, do lado de vocês, consigam ter uma percepção tão forte disso de que acaba sendo uma dessas raríssimas vozes e uma voz, e a voz de vocês eu acho uma voz assim, eu vou chamar de uma voz polifônica, cheia de reverberações diferentes em várias alturas, várias notas diferentes. De forma, que vocês estão cobrindo uma gama bem grande de possibilidade para aquelas pessoas que estão mais vulneráveis na nossa sociedade.

Então, é nesse sentido que eu queria falar que a Defensoria Pública tem uma importância fundamental para a sociedade. Se vocês são, hoje, aquilo que chamei de a queridinha da sociedade, é porque essa queridinha talvez seja quem mais está pegando o ponto fundamental, o ponto central dos nossos conflitos sociais. Por isso, vocês estão de parabéns! Eu acho que a gente, enquanto governo, enquanto parlamento, tem que dar o maior nível possível de suporte e de parceria para esse trabalho tão bonito que vocês fazem. (Palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Agradeço as palavras do secretário Cezar Lisboa e registro a presença de Dr.^a Izabel, lá do Extremo Sul, que vem fazendo uma luta com a APAC, junto com a gente, para a implantação de um sistema prisional alternativo. (Palmas)

Agora, com a posse do nosso Cezar Lisboa, precisamos retomar essa discussão para, com certeza, termos essa primeira experiência aqui no nosso estado.

Quero registrar também a presença de Eva Rodrigues, que está ali vendo o *zap* da colega. Quando a gente não vê o próprio, vê o da colega, não é? Eu encontrei Eva fora do seu horário de trabalho, numa daquelas regiões mais violentas, fazendo atividades culturais com as crianças. Ela não é uma funcionária pública; na essência, ela é uma defensora dos direitos humanos. (Palmas)

Muito obrigado, Eva.

Registro também a presença de Carlos Maia, defensor público na Comarca de Valença. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Vamos ouvir agora o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, João Carlos Gavazza Martins.

O Sr. JOÃO CARLOS GAVAZZA MARTINS:- Antes mesmo de iniciar a minha fala, eu gostaria de pedir uma salva de palmas a todos os defensoras e defensores públicos do estado da Bahia pelo importante trabalho que realizam de acesso a direitos a toda população deste estado. (Palmas) E também aos meus nobres amigos da associação que se encontram nestas Galerias. (Palmas)

Quero dizer a vocês, amigos e amigas, que, com a paz e com a tranquilidade que semeiam todo ideal, vamos, sim, lutar por uma Defensoria Pública melhor no estado da Bahia. (Palmas)

É muito bom estar com vocês nesta caminhada.

Queria saudar Dr. Clérison, nosso defensor público-geral, e na sua pessoa saúdo todas as autoridades aqui presentes ou representadas. Eu queria saudar também, já pela anterior presença, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Angelo Coronel, a quem, numa reunião com a nossa diretoria, nós colocamos uma série de situações e conseguimos, naquela tarde de quarta-feira, que o PLC 129 entrasse, pelo menos, na Ordem do Dia, como até hoje se encontra.

E queria saudar também, muito efusivamente, o deputado Marcelino Galo, que é um parceiro e um amigo da Defensoria Pública. Nós tivemos, como o senhor mesmo colocou, muitos encontros, muitas batalhas, muitas andanças nesta Casa. Ainda estamos realizando, e tenho muita fé de que esse capítulo – não o das lutas, mas em relação a esse projeto que a gente colocou – logo chegará ao final.

Para a nossa alegria, a gente tem um amigo e um companheiro de luta como o senhor, que sempre se manifesta em favor dessa instituição, como foi agora ao propor esta sessão solene em apoio à Defensoria Pública nesta Casa, nesta Assembleia Legislativa do estado da Bahia, que representa mais de 15 milhões de pessoas.

Podemos dizer que, pelo menos, 90% desses 15 milhões têm renda inferior a três salários mínimos. E são essas pessoas que estão no perfil de atendimento da Defensoria Pública. A mesma Bahia que, segundo estudo recente da Fundação Abrinq, possui 60% das suas crianças em situação de pobreza, das quais mais de 512 mil estão em situação de extrema pobreza.

A Bahia das suas crianças miseráveis é a mesma Bahia que precisa olhar para a Defensoria Pública, visto que não há nenhuma política de redução de desigualdade social que não perpassa pela Defensoria Pública. Porque não há justiça social, não há redução de desigualdade onde não há Defensoria Pública bem instalada, bem aparelhada, já que somos nós – segundo a tão festejada Constituição Federal, que completa agora 30 anos – o órgão responsável por levar a educação e o acesso a direitos à população que mais necessita, aquela que está em situação de pobreza, de maior vulnerabilidade.

Não à toa, na última pesquisa de satisfação realizada para avaliar as instituições – todas fortes, empoderadas e importantes, como assembleias, prefeituras, Congresso, Ministério Público, magistratura, que exercem uma função sem a qual os poderes constituídos não existiriam – a Defensoria Pública foi eleita como a mais importante para a população brasileira. Nessa mesma pesquisa, a Defensoria Pública foi eleita como a mais eficiente na solução de questões relacionadas a crianças e adolescentes que, na Bahia, precisam de tanto apoio, de tanto acesso a direitos.

E quando a sociedade, numa pesquisa como essa, reconhece a importância da Defensoria Pública e do serviço prestado por ela à população, além desse reconhecimento, a sociedade está a dizer que nós somos fundamentais para ela, que precisa ela do nosso serviço, que quer uma Defensoria Pública aparelhada e forte.

E na Bahia não pode ser diferente. A Bahia, infelizmente, apresenta dados que precisam ser melhorados. Aqui, a Defensoria não está presente em 20% do nosso território. A proporção tida como ideal é a de um defensor público para 10 mil habitantes; já aqui na Bahia é de um defensor para 50 mil. Isso nos locais onde a Defensoria está instalada; é bom que se frise isso, porque nós não estamos nem em 20% do território.

A Lei Orgânica da Defensoria Pública, que é de 2006, previa, à época, 583 cargos. E um estudo realizado em 2013 pelo Ministério da Justiça apontou a necessidade, para essa mesma Defensoria Pública da Bahia, de 1.239 defensoras e defensores públicos. Agora eu pergunto a vocês desta plenária: se em 2013 a necessidade da população baiana já era de 1.219 defensores públicos, qual é a necessidade em 2018?

A Defensoria Pública, amigos e amigas, precisa avançar aqui na Bahia. Esse é um grito da população. Pode-se até olhar para as defensoras e defensores públicos aqui presentes, mas é bom olhar para todos nós e saber que somos as representações de milhões de atendimentos a milhões de pessoas, de construções essenciais na família da população baiana, nos atendimentos que realizamos na área de Família.

E Vilma colocou a situação da Maria Lúcia, com o atendimento fundamental que realizamos para a população em situação de rua, que já é invisível para a

sociedade mesmo com o atendimento da Defensoria Pública, imagine se nós nos enfraquecermos ou deixarmos de existir. E tantas outras guerreiras e lideranças que existem na sociedade baiana. Destaco Belanizia, pessoa que tenho o prazer de me relacionar por conta das atividades com o idoso.

Quantas lideranças pedem e precisam de nós. A importância dos serviços, além dessas áreas de situação de rua, idoso, família, um verdadeiro contraponto que nós fazemos ao sistema quando lutamos pelo desencarceramento dessa sociedade tão preconceituosa.

E é por isso que a Associação dos Defensores Públicos vem aqui nesta Casa, que é a Casa do Povo, a casa da representação de toda uma sociedade baiana, para pedir o seu apoio. Pedir que discussões como as que aprovaram uma lei, a Lei nº 13.600/2016, que reduziu a alíquota da Defensoria Pública no repasse das custas cartorárias, elas não ocorram. Porque isso é diminuição para a Defensoria Pública.

Pedir a esta Casa que discussões como a que ocorre hoje em relação ao advogado dativo, que elas aguardem, deputados, enfim, todos que nos ouvem na TV ALBA, que elas só possam ser mesmo iniciadas após o total aparelhamento e estruturação de uma Defensoria Pública. Que esses 1.239 cargos se efetivem, que exista uma condição adequada de trabalho para o defensor público, que a remuneração do defensor público seja condigna à importância do trabalho que ele exerce, que também se assemelhe à realidade das melhores defensorias públicas do Brasil, já que, nesse ponto também, já estamos ficando cada vez mais distantes.

E somente quando vencidas todas essas necessidades, todas, todas, aí se pense quiçá em falar em advogado dativo. Sinceramente, no olhar da Defensoria Pública e no olhar dos defensores e defensoras, se nos derem total estrutura, se olharem para nós como nós precisamos, como a população baiana pede, eu acredito que não será necessária a advocacia dativa.

E esse mesmo pedido que a gente faz em relação a tantas discussões, fazemos também em relação ao nosso orçamento. Não há como haver uma Defensoria Pública forte sem um orçamento equilibrado, sem um orçamento que reflita as reais necessidades da população baiana.

Não pode um orçamento da Defensoria Pública ser superior, um ano a outro, apenas 2,4%, considerando-se a inflação do período. É preciso que o orçamento seja, como dissemos, capaz de refletir as tamanhas deficiências desse estado marcado por uma pobreza e por uma desigualdade que parece mesmo estar enraizada, entranhada em muitas das suas sistemáticas, em muitas das suas problemáticas.

Nós sabemos que, pelo perfil do governo que hoje está à frente do estado, pelas bandeiras de luta, das quais destacamos fundamentalmente a redução das desigualdades sociais... Como é colocado que não há redução de desigualdade social sem se falar em justiça social, pedimos a atenção em relação aos projetos de lei da

Defensoria Pública aqui nesta Casa.

Pedimos pela aprovação do PLC 129, que tanto faz com que hoje seja o caminho da associação os gabinetes de todos os deputados. Nós sempre somos muito

bem recebidos, deputado Marcelino Galo, no seu gabinete, com a total assessoria e assistência que poderia ser dada à associação.

Pedimos a aprovação desse projeto, pedimos um olhar para a interiorização da Defensoria Pública, para que o cidadão baiano possa ter o acesso à educação e aos direitos, ter o acesso à efetivação dos seus direitos, principalmente no combate às violações diárias, o que muito dessas pessoas mais pobres sofrem.

E quiçá neste mês de maio... no dia 19, comemoramos o Dia do Defensor Público. Que neste mesmo mês de maio nós possamos festejar uma vitória aqui nesta Casa, a vitória da aprovação de um projeto para a população baiana e o seu acesso à Justiça, e o seu acesso à redução das desigualdades sociais.

Muito obrigado. Palmas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Obrigado, João Carlos Gavazza, que é presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia. Quero dizer a ele que nós vamos lutar para que isso aconteça.

E agora a última fala da Mesa, muito importante, que é do comendador Clériston Cavalcante de Macêdo, que é defensor público geral e presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos. (Palmas)

O Sr. CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO:- Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa inicialmente na pessoa do presidente em exercício e proponente desta sessão especial, deputado Marcelino Galo; Sr. Secretário de Justiça e Direitos Humanos, nosso amigo Cezar Lisboa, companheiro de luta dentro do Pacto Pela Vida, agora como secretário, amigo pessoal e amigo da Defensoria Pública. Todos os avanços que nós conquistamos hoje na Defensoria da Bahia tem uma parcela de responsabilidade do senhor. Discreto, nem sempre aparecendo, quase sempre sem aparecer, mas nós que estamos na administração sabemos do seu papel fundamental, juntamente com o governo Rui Costa, na construção da importância da Defensoria Pública. Muito obrigado em nome da Defensoria Pública. Sr. Procurador de Justiça, Geder Rocha, representando nesse ato a Dr.^a Ediene Lousado, também companheiro de luta do Pacto Pela Vida, passamos alguns muitos meses debatendo estratégias, de que forma que a gente, instituições, pode atuar conjuntamente na redução dos índices que às vezes aparecem de forma muito alta. Mas é o que a gente tem conseguido com todas as instituições que fazem parte do Pacto Pela Vida nesse trabalho de parceria, cada um respeitando a sua obrigação constitucional, mas todos querendo o mesmo objetivo: que é uma qualidade de vida para os cidadãos baianos. Muito obrigado pela sua presença. Meu amigo Bruno de Andrade, defensor público, chefe da Defensoria da União, tive a honra de conhecê-lo já defensor chefe, e temos traçado não só as ações que o senhor falou aqui, mas também em Ilhéus, em relação aos índios. Será a nossa próxima ação conjunta, a pedido também aqui da Comissão de Direitos Humanos e do secretário de Justiça e do deputado Marcelino Galo. É dessa forma que a gente entende Defensoria Pública como o princípio da unidade, nós somos Defensoria Pública.

É importante que a gente faça esse trabalho conjunto porque as pessoas, como você mesmo falou, Bruno, não entendem essa diferenciação e elas querem defesa. Então eu fico muito feliz com essa parceria, espero que seja mais frutífera do que foi até agora. Obrigado pela presença e parabéns também pelo Dia do Defensor.

Dr.^a Célia Padilha, corregedora da Defensoria Pública, muito obrigado pela presença, muito nos honra; Dr.^a Vilma Reis, ouvidora – falar depois de Vilma Reis é algo muito difícil. Ela fala com tanta paixão, mas fala com a verdade de quem conhece a realidade das pessoas que representa, dos grupos que a senhora representa agora dentro da Defensoria Pública. Como órgão da administração superior, dentro do Conselho Superior, pode nos enriquecer com debates extremamente importantes, como foi, dentre eles, a questão das cotas para o concurso de defensor público e defensora pública da Bahia. Sem a sua participação no conselho, certamente não teríamos chegado ao resultado que chegamos. Muito obrigado.

O presidente também do Colégio de Ouvidores, Sr. Conselheiro Substituto Ronaldo Nascimento, neste ato representando o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Francisco Souza Netto, muito obrigado pela presença. Sr. Coronel Nunes, representando neste ato o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Telles, muito obrigado. E Dr. João Gavazza, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, em nome de quem saúdo a todos os defensores e defensoras públicas do estado da Bahia, obrigado pela presença.

(Lê) “Caros deputados, defensores, defensoras, servidores da Defensoria Pública, estagiários, autoridades aqui presentes.

Todos nós possuímos locais da nossa preferência, onde nos sentimos em casa, tranquilos e confiantes. A Defensoria Pública nasceu para se sentir em casa nas suas sedes, mas também nas ruas, nas zonas rurais, nas aldeias, nos quilombos, no chão de terra.

Existe, porém, um local onde sempre devemos nos sentir em casa, uma vez que possuímos uma razão de existir que é comum: a Assembleia Legislativa, a Casa do Povo. Se este Poder Legislativo é a morada de todos os cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis, é a Defensoria quem defende, em todas as circunstâncias, os seus habitantes.

É muito gratificante, deputados, Srs. Colegas Defensores e Defensoras, quando, pelo quarto ano consecutivo, esta Casa nos honra com uma sessão especial em comemoração à Semana da Defensoria Pública...”

É o Dia Nacional da Defensoria e é o Dia Estadual, porque esta Casa também aprovou, ano passado, a lei que instituiu o Dia Estadual da Defensoria Pública em 19 de maio.

(Lê) “(...) É um sinal de reconhecimento e um símbolo de aliança em prol da população.

Aliança que apenas se fortaleceu nos últimos 4 anos: em parte, pela nossa presença na ALBA, falando sobre Defensoria Pública ou falando sobre outras questões sociais (educação, infância e juventude, direitos humanos, audiências de

custódia, violência doméstica, dentre outras), participando de eventos, homenagens e até recebendo homenagens, pelas quais sou muito grato.

Em parte, se fortaleceu também pela presença frequente dos membros deste Parlamento em inúmeros eventos da Defensoria Pública especialmente inaugurações das sedes no interior, conferências de orçamento participativo e em discussões temáticas com a população que tentamos ajudar, cada um ao nosso modo.

Mas, acredito que essa aliança se fortaleceu e continua se fortalecendo porque os deputados e deputadas perceberam o quanto conseguimos fazer, quando agimos com criatividade, inteligência e, principalmente, ideologia defensorial. Foram muitas as cidades que receberam de forma definitiva os serviços da Defensoria Pública recentemente.

Amargosa, Barreiras, Brumado, Euclides da Cunha, Eunápolis, Irecê, Itaberaba, Itaparica e Nazaré, dentre outras, são exemplos de cidades que sonhavam com a Defensoria Pública e pediram por muitos anos a nossa chegada, com os pleitos sempre reforçados pelas palavras dos deputados. Por isso, fazemos questão de avisar aos deputados e deputadas, quando da reinauguração de cada sede.

Olha que nem mencionei aqui as cidades que já visitamos com a nossa unidade móvel...”. São mais de 14 mil quilômetros percorridos, mais de 10 mil pessoas atendidas, mais de 600 exames de DNA. Isso demonstra claramente o quanto é importante para nós estarmos onde as pessoas estão. Essa unidade móvel é “um poderoso instrumento de cidadania que já percorreu desde Chorrochó a Formosa do Rio Preto e nos próximos dias 24/25 estará em Palmeiras.

Também se fortalece pela nossa atuação tão emblemática em grandes eventos do Estado, como o Carnaval de Salvador e a Micareta de Feira de Santana. Sempre de forma ativa, buscando identificar meios de melhorar a vida do povo.

Sei que para conquistar essa confiança, não bastava apenas aumentar a quantidade de sedes, nem nossa visibilidade, a participação em eventos, reuniões e conhecimento que o nosso público tem de nós. Era preciso apresentar dados concretos, mostrar que nós de fato atendemos a população.

Por se ter uma ideia, o nosso sistema informatizado de atendimento, o SIGAD, que registra todas as atuações aponta um crescimento de 43% do total das atuações da Defensoria Pública, dos defensores e defensoras e servidores. Comparando esses dados de 2014 a 2018. Quarenta e três por cento! Os Defensores e servidores aumentaram enormemente a produtividade. Claro que todas as melhorias estruturais que realizamos (e que não foram poucas) contribuíram, mas o mérito principal é dos homens e mulheres que trabalharam”. Por isso, uma salva de palmas para todos vocês. (Palmas)

Mas, não é só deles. É de cada assistido, Vilma, usuário do serviço, que confiou na Defensoria Pública. Nossa produtividade precisou crescer porque somos os mais procurados”. Como Tânia Palma tanto queria. “Há cada vez mais pessoas acreditando que o tempo de serem rebaixadas, humilhadas, exploradas, subjugadas, por terem poucos recursos, pouco conhecimento formal, acabou. São pessoas que entenderam que podem ser o que quiserem ser e que nós estaremos ao lado delas.

Mas, também há pessoas que, além de confiar na instituição, entenderam que podem participar ativamente da sua construção e procuram a Ouvidoria, procuram os grupos operativos em cada cidade do interior, participam da elaboração da nossa proposta orçamentária”.

Desde 2015, deputados, pessoas do público em geral, ouvem as nossas deficiências, nossas dificuldades e conosco encaminham soluções e identificam atividades que poderemos realizar de forma mais eficaz, antes de nós encaminharmos a nossa proposta orçamentária.

“Tenho certeza de que esta Assembleia Legislativa levou em consideração, para garantir que todos os orçamentos aprovados desde 2015 tenham trazido ganhos para a Defensoria Pública. Em alguns desses anos, apenas a Defensoria Pública obteve um crescimento orçamentário em percentual distinto e superior aos das outras instituições de sistema de Justiça”. Por isso o meu agradecimento a esta Assembleia Legislativa. (Palmas)

“Eu realmente agradeço aos deputados pela compreensão e também ao Poder Executivo por não permitir que se repetisse a queda de mais de R\$10 milhões no orçamento defensorial, que ocorreu em 2014.

Hoje é claro que vocês sabem o quanto uma Defensoria forte é importante para cada cidadão.

Uma relação de confiança como esta não se constrói por decreto, mas com o tempo e principalmente com as práticas que dão credibilidade. Nós só confiamos em quem sempre nos procura e sempre nos recebe, quem não aparece apenas para pedir para si”.

É por essa razão, por essa relação de confiança mútua construída ao longo dos anos que, quando vem alguém à ALBA pedir apoio a alguma causa da Defensoria, sempre ouve que nós estamos presentes na Assembleia Legislativa.

“Estamos crescendo muito. Somos elogiados por todos os lados. Os defensores têm feito um trabalho de excelência. Claro que ainda temos muitas necessidades e temos pleitos nesta ALBA”. Peço desculpas por às vezes nós não estarmos em todas as atividades para que somos chamados, até por conta dos afazeres. Mas sempre que podemos estamos aqui presentes.

“Hoje, há três projetos da iniciativa da Defensoria Pública tramitando aqui na ALBA”. Por mim foi proposto o PLC nº 129/2017, que, após 3 anos de conversa entre a classe, através do Conselho Superior, conversado inclusive com o Poder Executivo, foi encaminhado em novembro do ano passado, mais maduro e pronto para ser aprovado, justamente porque foi bem construído, bastante dialogado. E, por conta dessa relação de confiança que a Defensoria Pública estabeleceu com o Legislativo e o Executivo, a gente entende que está na hora de ser aprovado.

“Sinto que se aproxima o momento de selar essa excelente relação com a primeira aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado de Bahia. A aprovação do PLC nº 129/2017. Quando será? Não sei. Mas sei que está cada vez mais próximo.

E sei mais do que isso. Sei que foi realizado o melhor trabalho possível nesta construção. Trabalho feito a várias mãos por defensores, servidores e pelos usuários

dos serviços da Defensoria Pública. Sei também que não haveria chances maiores com o trabalho se não fosse com muita tranquilidade e paciência.

Acredito em nós, acredito na Defensoria Pública, acredito nos Defensores e Defensoras, no trabalho público efetivo que realizamos”. E sei que esse projeto por nós encaminhado representa a vitória da cidadania baiana, representa a interiorização da Defensoria Pública, representa o fortalecimento do nosso público-alvo...

Por isso, a Defensoria e o cidadão serão vitoriosos com a aprovação desse projeto de lei. Chamo todos nós para unirmos nossas forças com o apoio dos deputados, com o apoio do Poder Executivo, para que em breve cheguemos a festejarmos de forma definitiva a aprovação desse projeto de lei. Que realmente o dia 19 de maio seja um dia e o mês de maio deste ano seja um mês para nós celebrarmos a cidadania dos que mais precisam.

Viva a Defensoria! Viva os defensores! (Palmas)

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Agradecer ao Dr. Clériston, comendador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Agora, neste momento, ouviremos a execução do hino da Bahia.

(Execução do Hino da Bahia.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo Lula):- Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares, das senhoras e dos senhores, da imprensa e declaro encerrada a presente sessão.

Viva a Defensoria Pública do Estado da Bahia! (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.